

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.332 - PB (2019/0297455-3)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DIEGO FABRICIO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
ADVOGADO : DIEGO FABRICIO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE - PB015577
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : PENNSYLVANIA CAVALCANTI DE CARVALHO FERREIRA DA CRUZ
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impeterado em favor de PENNSYLVANIA CAVALCANTI DE CARVALHO FERREIRA DA CRUZ contra decisão monocrática proferida pelo Relator, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

Postula o impetrante a concessão de liminar para suspender os efeitos da condenação nos autos do Processo n. 0001956-75.2017.8.15.2002 até o julgamento da Ação de Revisão Criminal n. 0809012-50.2019.8.15.0000.

É o relatório. **Decido.**

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar, a menos que fique demonstrado flagrante ilegalidade, nos termos do enunciado n. 691 da Súmula do STF, segundo o qual não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar. No mesmo sentido, confira-se o seguinte precedente:

CRIMINAL. HC. QUADRILHA. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. ATO DE DESEMBARGADOR. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. SÚMULA N.º 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ORDEM NÃO CONHECIDA. 1- Não cabe habeas corpus contra indeferimento de liminar, exceto em casos de evidente e flagrante ilegalidade, sob pena de indevida supressão de instância, uma vez que o mérito da ordem originária ainda não foi apreciado no Tribunal a quo. 2- Súmula n.º 691 que teve sua validade reafirmada pelo

Superior Tribunal de Justiça

Supremo Tribunal Federal, com a ressalva de que o enunciado não impede o conhecimento de habeas corpus, se evidenciado flagrante constrangimento ilegal. 3- Não sendo possível constatar qualquer ilegalidade na decisão recorrida, deve o paciente aguardar a apreciação do mérito da questão aduzida em 2º grau. 4- Ordem não conhecida (HC 82.163/SP, Rel. Min. JANE SILVA, Desembargadora Convocada do TJ/MG, DJe 1º/10/2007).

Assim, salvo excepcionalíssima hipótese de ilegalidade manifesta, não constatada na espécie, não é de se admitir casos como o dos autos.

Com efeito, na hipótese vertente, consignou o eminente Relator, *in verbis*:

Como regra, não é cabível pedido de liminar em revisão criminal, por inexistir previsão legal. Contudo, a despeito de tal óbice processual, é possível, em situações excepcionais, a saber, decisão absolutamente teratológica, flagrante ilegalidade ou abuso de poder, conceder, de plano, a liberdade do condenado, o que não se amolda ao caso sub judice.

Nesse palmilhar, a jurisprudência pretoriana, sobretudo do STJ, é firme no sentido de que o pedido de suspensão de execução de sentença condenatória até o julgamento da revisão criminal se revela juridicamente impossível, porquanto a condenação, na hipótese de revisão, decorre de título definitivo, em estrito cumprimento à sanção criminal imposta por decisum transitado em julgado.

(...)

Observe, portanto, que o pedido revisional em discepção demanda unia análise mais acurada do acervo probatório, à luz dos argumentos erigidos pela defesa, o que é vedado em caráter liminar.

Ressalto, por oportuno, que, nesta fase processual, não cumpre dizer da validade da sentença impugnada, não havendo, pois, como incursionar, desde logo, no terreno definitivo da pretensão, cujo exame caberá, exclusivamente, ao Colegiado, no momento oportuno.

Por certo, todas as questões suscitadas pela defesa da paciente serão tratadas naquele *mandamus* por ocasião do julgamento de mérito, sem o

Superior Tribunal de Justiça

qual esta Corte fica impedida de apreciar (em ampla extensão e profundidade) o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Em conclusão, entendo não configurada hipótese excepcional de flagrante ilegalidade que justifique a superação da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, resultando incabível a presente impetração.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator